

**À Excelentíssima Senhora Miriam Belchior
Ministra da Casa Civil
Brasília, DF**

Assunto: Solicitação de audiência – Política Nacional de Direitos Humanos e Empresas (PNDHES)

Prezada Ministra Miriam Belchior,

Nós, representantes da sociedade civil organizada, dos trabalhadores rurais e da agricultura familiar, vimos, por meio desta, manifestar nosso reconhecimento pelo papel da Casa Civil como órgão articulador das políticas públicas do Governo Federal e por sua contribuição para a consolidação de compromissos fundamentais à agenda social do país. Desde o início do atual Governo, acompanhamos com atenção e expectativa os avanços na agenda de direitos humanos e empresas, especialmente no que se refere à proteção e promoção dos direitos de populações em situação de vulnerabilidade.

Nesse contexto, **destacamos a importância da Política Nacional de Direitos Humanos e Empresas (PNDHES)**, que entendemos como uma iniciativa inovadora e estratégica, tanto no cenário nacional quanto internacional. Ao fortalecer essa agenda, o Brasil reafirma seu compromisso com a construção de um modelo de desenvolvimento econômico alinhado à promoção e proteção dos direitos humanos, contribuindo para a prevenção de violações em cadeias produtivas e para o fortalecimento da imagem do país como referência na região.

Temos acompanhado o processo de construção e consolidação da PNDHES e reconhecemos positivamente o caráter democrático e participativo com que ele vem sendo conduzido. A realização de oitivas públicas, a escuta ativa de diversos atores sociais e a possibilidade de contribuições autogestionadas refletem o compromisso do Governo Federal com a transparência, o diálogo e a pluralidade de vozes na formulação de políticas públicas.

Diante disso, **reiteramos a importância da continuidade da PNDHES como uma agenda estratégica de Estado**, capaz de contribuir para o

fortalecimento da governança pública, para a promoção de cadeias produtivas mais responsáveis e para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do país. A participação da sociedade civil nesse processo é fundamental para assegurar a legitimidade, a efetividade e a perenidade dessa política.

Com o intuito de fortalecer esse diálogo e contribuir de forma construtiva para os próximos passos da PNDHES, **solicitamos respeitosamente a concessão de uma audiência com Vossa Excelência no dia 28 de maio.** Acreditamos que esse encontro poderá contribuir para aprofundar o diálogo sobre os caminhos para a consolidação da política, seus desafios e oportunidades, bem como as possibilidades de colaboração entre o poder público e a sociedade civil.

Colocamo-nos à disposição para contribuir com esse processo e reiteramos nosso compromisso com a construção coletiva de políticas públicas que promovam um desenvolvimento econômico socialmente responsável e comprometido com os direitos humanos.

Respeitosamente,

Assinam:

Aliança Pelos Direitos Humanos em Cadeias Produtivas

Conectas Direitos Humanos

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

CONTAR - Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais

FETAG-BA - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia

FGV CeDHE - Centro de Direitos Humanos e Empresas da Fundação Getúlio Vargas

IMAFLORA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola

InPACTO - Instituto do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo

Oxfam Brasil

Repórter Brasil

Sobre a Aliança:

A Aliança pelos Direitos Humanos em Cadeias Produtivas é uma articulação de organizações da sociedade civil e de representantes de trabalhadores e trabalhadoras assalariadas rurais e da agricultura familiar, comprometida com a promoção dos direitos humanos, do trabalho decente e da justiça social nas cadeias produtivas no Brasil.

A Aliança atua na produção de conhecimento, na incidência política e na articulação multissetorial para enfrentar violações de direitos humanos e desigualdades estruturais que marcam setores como a agricultura, a indústria e as novas economias.

Parte do reconhecimento de que as cadeias produtivas são centrais para o desenvolvimento econômico, mas também reproduzem desigualdades históricas, especialmente de raça, gênero e renda.

Nesse contexto, defende a construção de cadeias produtivas mais justas, sustentáveis e responsáveis, com foco na garantia de condições dignas de trabalho, na promoção de renda adequada e no respeito aos direitos humanos.

A Aliança também atua em diálogo com agendas nacionais e internacionais, contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas, marcos regulatórios e mecanismos de responsabilização empresarial.

Nosso site: <https://aliancadireitoshumanos.com.br/>